

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: A despaulistização da Rouanet	2
Título: Brasileiros pagaram R\$ 1,457 trilhão em impostos federais	2
Título: Para especialistas, zerar déficit é meta muito ambiciosa	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: A menor inflação de janeiro desde o Plano Real	4
Título: Governo começa a mapear estatais para privatização	5
Título: Energisa vai investir R\$ 2,8 bi para consolidar aquisições da Eletrobrás	6
Título: Queda de chavista, derrota de Putin	8
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Bacia de Campos volta a atrair aportes bilionários	9
Título: Arrecadação federal é a maior em 4 anos, mas perde fôlego no fim de 2018	10
Título: Concessões vão atrair chineses, diz embaixador	12
Título: ANA eleva monitoramento de chuva no rio Madeira	14
Título: EUA querem cortar receita da Venezuela com petróleo	15
Título: Governo e Eletrobras começam a negociar modelo de privatização	17
Título: Modelo de Angra 3 ainda deve ser definido	20
Título: Curtas	21

VEÍCULO: O Globo**Data: 25/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: A despaulistização da Rouanet**

O gaúcho Osmar Terra, 68 anos, ministro da Cidadania, Cultura e Esporte, deu início ontem, no Rio, ao esperado processo de mudanças tanto da Lei Rouanet quanto da Lei de Incentivo ao Esporte. Fez uma série de conversas com **Petrobras, Eletrobras** e BNDES, estatais que costumam usar incentivos para apoiar os dois setores. A ideia do ministro é regionalizar esse apoio —hoje concentrado na região Sudeste —e estimular contrapartidas sociais dos projetos.

Segue...

No caso da Lei Rouanet, São Paulo abarcou 46% dos recursos e o Rio, 22%, em 2017.

VEÍCULO: O Globo**Data: 25/01/2019****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Brasileiros pagaram R\$ 1,457 trilhão em impostos federais**

Arrecadação referente a 2018 teve crescimento de 4,74%, o melhor resultado nos últimos 4 anos

BRASÍLIA- Beneficiada pela recuperação da economia, a arrecadação federal encerrou 2018 com crescimento real de 4,74%. No ano passado, os impostos e contribuições federais somaram R\$ 1,457 trilhão. Foi o melhor resultado anual desde 2014.

O crescimento também foi puxado pela disparada da arrecadação com royalties de petróleo. Influenciada pela alta do dólar e do barril de petróleo no ano passado, essa receita somou R\$ 58,2 bilhões e cresceu 51% em relação a 2017. O aumento da produção nacional de óleo e gás também contribuiu para o resultado.

Apesar da melhora no ano, a arrecadação caiu 1% em dezembro e entrou no segundo mês seguido de baixa. Relatório divulgado pela Receita Federal aponta a recuperação da economia como o principal fator para o crescimento da arrecadação no ano passado.

O Fisco lembrou que os principais indicadores econômicos com impacto sobre as receitas federais tiveram alta no ano passado. A produção industrial, a venda de bens e serviços, a massa salarial e o valor em dólar das importações cresceram no ano passado. A arrecadação de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ligada ao lucro das empresas não financeiras, cresceu 12,3% em relação a 2017.

Também aumentou a arrecadação do PIS/Cofins, do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Por outro lado, a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país em maio do ano passado, fez despencar a arrecadação da Cide Combustíveis. Para acabar com a paralisação, uma das medidas tomadas foi reduzir a Cide para o diesel, como parte da promessa de diminuir o preço do litro do óleo em R\$ 0,46. Isso fez a arrecadação desse imposto cair 34% no ano passado, em comparação com 2017.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/01/2019

Seção: Economia

Autor: Marcello Corrêa

Título: Para especialistas, zerar déficit é meta muito ambiciosa

Governo dependerá de receitas extras, como a do megaleilão do pré-sal, para alcançar resultado ainda este ano, dizem analistas

BRASÍLIA- A meta do governo de zerar o déficit das contas públicas ainda este ano em tese não é impossível, mas se mostra muito ambiciosa. Essa é a avaliação de especialistas ouvidos pelo GLOBO, que afirmam que será preciso contar com receitas extraordinárias, principalmente a do megaleilão de petróleo do pré-sal.

Em 2018, chegou-se a estimar que a operação renderia R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. O processo, no entanto, enfrenta entraves jurídicos.

A operação é referente a áreas de um contrato firmado entre a União e a Petrobras, em que a estatal garantiu o direito de explorar cinco bilhões de barris na Bacia de Santos. O governo quer leiloar o petróleo que excede essa cota. Para isso, precisa revisar o contrato com a petroleira, o que exige autorização do Congresso.

Ainda no governo de transição, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou prometer a governadores o repasse de parte da arrecadação do leilão. A ideia era conseguir apoio dos estados para garantir a aprovação, mas esbarrou no

teto de gastos, já que representaria uma despesa extra, ferindo o limite estabelecido pela Constituição.

— Em nossa avaliação, a única forma de o governo ficar próximo de zerar o déficit primário em 2019 é contar com os potenciais R\$ 100 bilhões de bônus de assinatura do megaleilão do pré-sal relacionado à cessão onerosa. Neste caso, o déficit primário ficaria em torno de -0,3% do PIB — afirma o economista da Tendências Consultoria Fábio Klein.

O Orçamento de 2019 prevê um rombo, só no governo central (sem contar estatais e estados), de R\$ 139 bilhões.

Em Davos, Guedes disse que conta com a reforma da Previdência, as privatizações e duas rodadas de leilões de petróleo (que não incluem o megaleilão) para alcançar sua meta. Só com as estatais, ele estima arrecadar R\$ 75 bilhões.

— Por enquanto são intenções. A direção está correta. Mas definir modelos e executá-los leva tempo e gasta muito capital político — avalia o economista Cláudio Frischtak.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/01/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: A menor inflação de janeiro desde o Plano Real

Historicamente, janeiro costuma apresentar inflação mais alta do que em dezembro, o que se repetiu neste ano. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou elevação de preços de 0,30% no período compreendido entre 13/12/2018 e 15/1/2019, ante deflação de 0,16% em dezembro. Ainda mais importante é que a alta observada no IPCA-15 foi a menor para o mês desde a implantação do Plano Real, em 1994.

É um sinal evidente de que a inflação começa o ano sob controle, o que é muito importante para as famílias e para as empresas. O resultado foi bem recebido pelos especialistas. "Não percebo fatores de risco no horizonte inflacionário", afirmou Leonardo França Costa, economista da Rosenberg Associados. A alta de 0,87% no item alimentação e bebidas foi a principal responsável pela variação do IPCA-15, mas não deve ser vista como sinal de alerta para o que ocorrerá com a inflação deste ano, segundo o economista-chefe da Infinity Asset, Jason Vieira.

A alimentação no domicílio foi pressionada pelos preços das frutas (+6,52%), das carnes (+1,72%), da cebola (+17,50%) e da batata inglesa (+11,27%). A evolução dos preços de alimentos nos próximos meses dependerá de fatores fora do controle, como o clima, e das safras, em relação às quais as perspectivas são boas. A maior queda da inflação medida pelo IPCA-15 veio dos transportes (0,47%), influenciada pela gasolina, cujos preços caíram 2,73%.

Também foi favorável o comportamento das tarifas de energia elétrica, que vêm cedendo há quatro meses e caíram 0,73%. A bandeira tarifária verde, em vigor desde dezembro, contribuiu para o declínio dessas tarifas. Em 12 meses, o IPCA-15 avançou 3,77%, ligeiramente abaixo dos 3,86% registrados em dezembro de 2018. As estimativas para a inflação oficial deste ano continuam favoráveis, apontando para cerca de 4% ao ano, indicador compatível com o regime de metas.

Para os próximos meses, o maior fator de aumento de preços deverá ser o consumo das famílias, mas este só provocará mais inflação em caso de aquecimento mais forte da atividade. E este não é, por ora, o cenário mais previsível, pois a retomada da economia vem ocorrendo em ritmo lento, insuficiente para agravar as pressões inflacionárias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/01/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth André Borges / BRASÍLIA

Título: Governo começa a mapear estatais para privatização

A ambição de Paulo Guedes é obter R\$ 75,3 bi neste ano com vendas, mas plano não é fácil; desde 2016, foram arrecadados R\$ 46,4 bi

O governo Jair Bolsonaro tenta fechar a conta das concessões e outorgas previstas para este ano, com a ambição de atingir os US\$ 20 bilhões (cerca de R\$ 75,3 bilhões) prometidos pelo ministro Paulo Guedes. Para acelerar esse plano, o Ministério da Economia pediu às agências reguladoras informações sobre projeções de receitas de concessões para este ano nas áreas de petróleo, mineração e energia. Já o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) enviará aos ministérios que possuem estatais os planos que incluem privatização, liquidação e extinção.

A tarefa, no entanto, não será nada fácil. Desde maio de 2016, a União arrecadou R\$ 46,4 bilhões em bônus de outorga (pagamento pelo direito de explorar um bem público) em concessões e privatizações de estatais, segundo dados do PPI. Em 30 meses, o governo Michel Temer concluiu 124 projetos nas

áreas de energia, rodovias, aeroportos, portos, óleo e gás. A área de petróleo foi a que mais trouxe recursos para o governo, com R\$ 28 bilhões. Para os primeiros 100 dias de governo, a previsão é que os leilões na área de ferrovias, aeroportos e portos arrecadem R\$ 2,3 bilhões em outorga.

O sócio gestor da Inter B.Consultoria, Claudio Frischtak, avalia que a previsão de Guedes é muito otimista e provavelmente está relacionada à promessa do ministro de zerar o rombo nas contas públicas – está previsto um déficit de R\$ 159 bilhões este ano. "Eu ficaria surpreso se essa previsão se confirmasse e gostaria de ser surpreendido. Mas sabemos que o processo de concessões e privatizações é demorado", afirmou. "Temos uma gama de estatais para privatizar, mas poucas são significativas sob o ponto de vista de geração de recursos para o Tesouro. O objetivo principal, aliás, não deve ser arrecadar, mas sim uma gestão melhor e sem captura política."

Estatais. O governo conta hoje com 135 estatais, das quais 117 do setor produtivo e 18 na área financeira. Entre as principais estão Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Correios, Petrobrás e Eletrobrás. A venda de subsidiárias dessas empresas, no entanto, gera recursos para a respectiva holding, e não para a União. O impacto para o Tesouro Nacional só ocorreria por intermédio da arrecadação de impostos ou por dividendos.

Possuem estatais sob sua supervisão e devem receber ofícios do secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcelos, **os ministérios de Minas e energia, Economia, Infraestrutura, Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Agricultura, Defesa, Saúde, Educação e Desenvolvimento Regional**, além da própria Presidência da República. A decisão final a respeito do futuro dessas empresas passa pelos ministérios setoriais, que podem fazer sugestões e alterações nos planos do PPI.

Uma barreira aos planos do governo é a situação econômico-financeira das empresas candidatas à privatização. Desde 2016, a União conseguiu privatizar sete distribuidoras de energia que pertenciam à Eletrobrás. Porém, a única que rendeu bônus para a União foi a Celg, de R\$ 2,2 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/01/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Energia vai investir R\$ 2,8 bi para consolidar aquisições da Eletrobrás

Energia elétrica. Após adquirir duas concessionárias da estatal e projetos de linha de transmissão, companhia mineira prevê elevar investimento em 50%

neste ano; para reestruturar a dívida, Energisa captou recursos e vendeu uma fatia de 12% do negócio ao Itaú

Ao entrar na disputa dos últimos grandes negócios do setor elétrico – e sair vitorioso em alguns deles –, o grupo Energisa conseguiu mais do que dobrar seu valor de mercado de 2017 para cá, para R\$ 17,6 bilhões. Há uma década, a empresa valia pouco mais de R\$ 2 bilhões, segundo a Economática. No ano passado, a companhia da família Botelho mirou as oportunidades de compra no setor de distribuição e os leilões de transmissão de energia. Ganhou o leilão de duas concessionárias da Eletrobrás e quatro projetos de linhas de transmissão. Em 12 meses, as ações da empresa subiram quase 50% – bem acima do Ibovespa.

Hoje, prestes a completar 114 anos, o grupo – criado em Cataguases (MG) – quer consolidar as aquisições feitas no último ano. Para isso, vai investir R\$ 2,8 bilhões no setor em 2019, incluindo as melhorias nas empresas compradas da Eletrobrás. O valor é quase 50% superior ao injetado nos negócios em 2018, afirma o presidente da empresa Ricardo Botelho. "Estamos entrando numa fase em que o foco serão os investimentos, especialmente nas duas distribuidoras adquiridas da Eletrobrás, que têm um padrão de eficiência muito baixo."

Botelho explica que esse foi o mesmo caminho seguido pela empresa quando, em 2006, o grupo comprou as oito distribuidoras do Grupo Rede. Na época, a companhia desbancou CPFL e Equatorial, favoritas na negociação, e se transformou na sexta maior empresa de distribuição do País (hoje, ela é a quinta maior).

A exemplo das concessionárias adquiridas da Eletrobrás, as concessões do Rede exigiam vultosos investimentos. Este ciclo terminou no ano passado, quando quatro distribuidoras passaram pelo processo de revisão tarifária, o que permitiu que a empresa capturasse parte das melhorias feitas na área de concessão.

Com esse processo encerrado, a Energisa conseguiu buscar novos negócios. Em março de 2018, a empresa se arriscou ao fazer uma oferta hostil pela Eletropaulo, que vinha negociando com a Neoenergia. O movimento não deu certo e a distribuidora paulista acabou com a italiana Enel. Depois da tentativa frustrada, focou seus esforços nas distribuidoras da Eletrobrás. Arrematou duas: Ceron (RO) e Eletroacre (AC). Foi mais um passo no processo de diversificação da companhia, que deu seus primeiros passos fora de Minas Gerais em 1996.

Analista do Santander, Thiago Roberto Luis da Silva diz que a Energisa é conhecida no mercado como uma empresa que sabe investir bem. "Eles têm fama de serem investidores que controlam bem os custos." O analista destaca

que, no caso das distribuidoras do Grupo Rede, as revisões tarifárias da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ficaram acima das expectativas do mercado.

Dívida. A fama se reflete na receptividade da empresa no mercado financeiro. Em 2016, a companhia levantou R\$ 1,54 bilhão numa oferta pública na bolsa de valores de São Paulo. Em dezembro de 2018, após as aquisições feitas, o Itaú fez um aporte de R\$ 600 milhões para ficar com 12% do negócio. Segundo Botelho, antes disso, a empresa já havia feito uma capitalização interna de R\$ 480 milhões. Ele explica que as operações têm a finalidade de ajustar o perfil de dívida da empresa, que somava R\$ 9,5 bilhões em setembro. Com as aquisições de Ceron e Eletroacre, esse valor subirá para R\$ 11,4 bilhões.

"Ao contrário do que parece, a empresa é bastante pé no chão em termos de capitalização e aquisições. Eles se concentraram no negócio de distribuição e venderam os demais ativos para suportar o negócio", afirmou o presidente da consultoria Thymos, João Carlos Mello.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/01/2019

Seção: Internacional

Autor: Leonid Bershidsky / W. POST

Título: Queda de chavista, derrota de Putin

CENÁRIO:

Se Nicolás Maduro cair, Vladimir Putin terá de lidar com o custo de outra aposta errada. A Rússia é o principal patrocinador da Venezuela depois da China. Dados são escassos, mas se estima que a China tenha empenhado US\$ 70 bilhões, a maior parte para ser devolvida em petróleo. A Rússia emprestou US\$ 17 bilhões nos últimos 20 anos. Em dezembro, Putin prometeu mais US\$ 6 bilhões, além de 600 mil toneladas de grãos.

Embora a Venezuela tenha sido lenta no fornecimento de petróleo para cobrir suas dívidas, a Rússia se satisfaz em receber licenças lucrativas de extração de petróleo e gás. Moscou tem participação minoritária em cinco joint ventures com a PDVSA. Juntas, elas produziram 59 milhões de barris em 2017, mais de 8% da produção anual da Venezuela.

Mas, se Maduro cair, é muito provável que os projetos russos sejam suspensos e as dívidas da Venezuela, ignoradas. Isso explica a defesa de Maduro feita por Moscou, que chegou a sugerir um plano de recuperação econômica para os venezuelanos. No entanto, pode ser tarde demais. Nenhuma repressão pode prolongar um sofrimento dessa escala indefinidamente.

Então, por que Putin continua escolhendo amigos tão imprudentemente? É que a lógica da política externa de Putin é resistir à influência dos EUA em todos os lugares que puder, mesmo que isso envolva apoio a regimes cruéis. Putin está ciente do risco de perder dinheiro, mas o investimento não está no petróleo, mas em cada governo que proclame resistência à expansão ocidental.

Ao contrário da China, para quem os gastos politicamente motivados são um meio de obter influência econômica, os gastos de Putin são principalmente em geopolítica ao estilo soviético, mesmo que seja estruturado como uma negociação comercial capitalista.

Na Venezuela, porém, o interesse econômico pode ser mais forte do que em outros lugares. Embora o país não produza muito petróleo hoje, ele ainda tem as maiores reservas do mundo. Para a Rússia, uma presença na Venezuela ajuda a garantir um papel no mercado de petróleo. Se Maduro perder, será uma derrota para Putin. Mas isso não o impedirá de continuar financiando outros Maduros no mundo. E, se o venezuelano se apegar ao poder, isso apenas convencerá Putin de que os gastos compensam.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/01/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Bacia de Campos volta a atrair aportes bilionários

Há mais de 40 anos na ativa, a Bacia de Campos entrou nos últimos anos em fase de declínio e perdeu o posto de maior região produtora de petróleo para a vizinha Bacia de Santos. Um estudo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) sobre os leilões de 2017 e 2018 mostra, no entanto, que Campos está de volta aos holofotes das companhias e concentrará investimentos de, no mínimo, R\$ 2,15 bilhões em exploração nos próximos cinco anos.

Os compromissos assumidos pelas empresas nos últimas licitações fazem de Campos o principal destino das atividades exploratórias das petroleiras. Nas rodadas de 2017 e 2018, as empresas se comprometeram a investir também R\$ 1,94 bilhão na Bacia de Santos e R\$ 480 milhões nas demais regiões. Esses montantes fazem parte dos programas exploratórios mínimos e nada impede que os investimentos nas áreas adquiridas sejam ainda maiores.

A tendência é que as atividades na Bacia de Campos sejam capitaneadas pela Petrobras. Dos 20 blocos localizados na bacia e que foram negociados nos últimos leilões, a estatal opera 11, seguida de ExxonMobil (quatro), BP (dois), Repsol (dois) e Shell (um).

A Bacia de Campos, que chegou a ficar fora dos leilões por cerca de dez anos, até 2017, entrou em declínio nos últimos anos. Em 2018, por exemplo, a região produziu, em média, 1,2 milhão de barris/dia de petróleo, 13% menos que em 2017. Descobrir novas reservas na região é uma tarefa fundamental para conter essa redução, que gera seus impactos nas receitas do Estado e municípios do Rio de Janeiro.

Ao lado da Bacia de Santos, a expectativa é que Campos volte ao centro das atenções das empresas nas rodadas deste ano. As duas bacias atraíram R\$ 27,6 bilhões em investimento nos leilões dos últimos dois anos, em bônus de assinatura, e despontam novamente como os principais trunfos das licitações de 2019. Para este ano, estão previstas a 16ª rodada de concessões e a 6ª rodada de partilha do pré-sal. O governo também espera promover em 2019 o leilão dos excedentes da cessão onerosa.

Campos e Santos são os grandes destaques da 16ª rodada, que ofertará também áreas nas bacias de Camamu-Almada, Pernambuco-Paraíba e Jacuípe. A licitação oferecerá 17 blocos exploratórios de Campos e 13 áreas em Santos, todas elas em águas profundas ou ultraprofundas.

Campos foi a região que mais atraiu o interesse das empresas nos últimos leilões. Ao todo, 20 das 23 áreas da bacia ofertadas nos últimos dois anos foram arrematadas. Os ativos localizados em águas profundas e ultraprofundas de Santos também se destacaram: 13 das 30 áreas localizadas na região foram negociadas.

A 16ª rodada marca também a volta das bacias de Jacuípe e Camamu-Almada aos leilões, depois de quatro anos. Já Pernambuco-Paraíba volta às rodadas depois de seis anos. Na 11ª rodada, em 2013, quatro dos dez blocos oferecidos na região foram arrematados.

Principais ativos da 16ª rodada, Campos e Santos também estarão no centro dos holofotes da 6ª rodada de partilha e da licitação dos excedentes da cessão onerosa. Ambas as rodadas ofertarão áreas localizadas só nessas duas bacias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Ana Krüger | De Brasília

Título: Arrecadação federal é a maior em 4 anos, mas perde fôlego no fim de 2018

O país encerrou 2018 com a melhor arrecadação federal em quatro anos, com uma receita total de R\$ 1,457 trilhão, um crescimento real de 4,74% na comparação com 2017. O desempenho foi ajudado tanto pelo recolhimento geral de tributos como pelos royalties de petróleo - que alcançaram uma participação recorde nos números. Apesar do desempenho, os dados apontam para uma perda de fôlego no fim do ano.

O avanço acumulado das chamadas receitas administradas (que reúnem o recolhimento tributário), usado como referência pelo Fisco para sinalizar a trajetória dos números, arrefeceu no fechamento de 2018. Se no começo do ano o avanço acumulado beirava 5% frente um ano antes (aos 4,82%), em março passou a ser próximo da casa dos 4% e chegou a dezembro em 3,41%. Os dados eliminam efeitos não recorrentes, como programas de regularização de dívida e alterações na tributação de combustível.

Na análise mensal, o arrefecimento é ainda maior. Mesmo retirando do cálculo os efeitos não recorrentes, as administradas perderam fôlego frente um ano atrás, ao cair de 7,36% em fevereiro (primeiro dado do ano disponível sem tais efeitos) para 0,69% em dezembro.

Claudemir Malaquias, chefe do centro de Estudos Tributários e Aduaneiro do Fisco, afirma que os números menores no fim do ano estariam ligados ao efeito da base de comparação, já que a economia registrou uma retomada em meados de 2017. Por isso, o começo de 2018 ainda mostrava um forte avanço frente um ano atrás. Mas o ritmo do avanço não persistiu nos meses seguintes.

Mesmo assim, Malaquias afirma que não necessariamente os números do fim do ano indicam uma trajetória para os meses seguintes. De janeiro a março, lembrou ele, a Receita vai registrar números de ajuste do Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas, o que deve dificultar essa análise. De qualquer forma, ele diz que a perspectiva para este ano é de novo crescimento real e que as projeções oficiais ainda serão divulgadas pelo Ministério da Economia, sem data estabelecida.

Mesmo com o arrefecimento na reta final, as receitas administradas registraram o primeiro avanço em cinco anos ao crescer 3,41% em relação a 2017, para R\$ 1,398 trilhão. "A trajetória de crescimento das receitas em 2018 revela a retomada da economia e da melhora do resultado das empresas, ainda que com perda de ritmo ao longo do último bimestre", afirma Fabio Klein, analista da Tendências Consultoria.

Já Vilma Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), afirma que os dados do ano não foram tão influenciados pela alegada melhora da economia. "A atividade não está crescendo muito, por isso ela pesou pouco ao longo do ano", disse. Segundo ela, o que o governo vem chamando de retomada da economia é, na verdade, o desempenho de indicadores ligados ao setor externo - como o câmbio e o valor em dólar das importações.

O principal avanço na arrecadação em termos percentuais é justamente no recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados vinculados à importação. O crescimento foi de 21,58% frente um ano atrás, para R\$ 59,5 bilhões. É quase o dobro do avanço da tributação sobre o lucro das empresas (IRPJ/CSLL), por exemplo - que teve crescimento de 12,37%, para R\$ 224,3 bilhões. O PIS/Cofins aumentou 6,78%, para R\$ 311,4 bilhões.

Já a receita previdenciária (ligada ao nível de massa salarial no país) encerrou 2018 com um crescimento de apenas 0,06%, para R\$ 423,1 bilhões. "A taxa de desemprego está caindo devagar. A massa salarial está crescendo, mas em ritmo mais baixo que há alguns anos. Então temos uma arrecadação importante, mas em ritmo ruim", diz Vilma.

O desempenho tímido de indicadores como esse é compensado pelo o crescimento expressivo de uma rubrica que não está sob o controle da Receita. As chamadas receitas não administradas, que incluem principalmente os royalties de petróleo, contribuíram com R\$ 58,2 bilhões em 2018 (equivalente a quase duas vezes o Bolsa Família), o que representa um crescimento real de 51,79% no ano passado. O principal fator para o aumento é a elevação do preço internacional do petróleo. A rubrica alcançou o maior patamar da série histórica da Receita, padronizada a partir de 2010. Essas receitas passaram de 2,4% do total arrecadado pelo país em 2017 para 3,7% em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Concessões vão atrair chineses, diz embaixador

As grandes corporações chinesas, com forte atuação no setor de infraestrutura, vão dedicar atenção especial às oportunidades de entrar nos projetos do programa de concessões do governo Jair Bolsonaro. Este foi o principal recado

do embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, em encontro realizado ontem.

O embaixador chegou ao Brasil há cerca um mês. Ele vem cumprindo uma série de visitas oficiais à equipe de ministros do novo governo. "Claro que a área de infraestrutura é sempre uma área prioritária para China investir no Brasil, porque Brasil e China têm muita complementaridade nessa área. O capital chinês, a experiência e as tecnologias chinesas nessa área podem ser úteis para a cooperação, sobretudo, na área de logística", disse ao Valor Qu Yuhui, ministro conselheiro da embaixada da República Popular da China.

O porta-voz da embaixada chinesa afirmou que, após intensa investida em projetos do setor elétrico brasileiro nos últimos anos, os grupos chineses - a maioria formada por estatais - vão estudar os diversos projetos de transportes que serão oferecidos, em especial de ferrovias e portos.

"Chegamos ao consenso de que China e Brasil vão continuar a trabalhar de forma integrada nos projetos que já estão em curso, sobretudo aqueles que estão no planejamento brasileiro de logística", disse Yuhui.

Yuhui mencionou que, na área de portos, já assumiram alguns projetos por meio da companhia CCCC, que firmou parceira com a WTorre na construção de porto em São Luís. Ele lembrou que a China Merchants também adquiriu 90% do Porto de Paranaguá.

O ministro chinês considera que os modelos na área de ferrovias ainda precisam ser "bastante aperfeiçoados". De qualquer forma, ele disse que as empresas chinesas estão de olho nas ferrovias Norte-Sul, Fiol e Ferrogrão. "As empresas [chinesas] vão acompanhar os três projetos."

Questionado sobre a estratégia de participação nos leilões, se liderando consórcios ou com fatia minoritária, o porta-voz da embaixada disse que a análise será feita caso a caso. "Depende da modelagem de cada projeto. A ideia é montar consórcios com empresas brasileiras, e, quem sabe, de outros países. Não é obrigatório ser majoritário ou minoritário", afirmou.

Mesmo com a atenção especial dedicada às áreas de transportes, as oportunidades de assumir novas participações nos segmentos de energia elétrica não serão descartadas. Yuhui mencionou que o espaço dos chineses não chega a 10% na geração, é menos de 12% na distribuição e alcança 8% na transmissão de energia elétrica.

Yuhui destacou ainda que o governo chinês e suas estatais não têm a pretensão de ter posição dominante nos mercados nos quais atuam no Brasil. Durante a campanha, Bolsonaro falava da preocupação com o crescimento da participação chinesa no setor elétrico, área considerada estratégica.

"Ainda estamos atrás de vários 'jogadores' internacionais. Mas, de qualquer forma, nossa intenção não é ser primeiro ou segundo do ranking. O importante é conhecer o mercado brasileiro porque, conforme o interesse de cada empresa, as coisas vão acontecendo naturalmente", disse o funcionário chinês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: ANA eleva monitoramento de chuva no rio Madeira

A Agência Nacional de Águas (ANA) informou que a Sala de Crise do Madeira, composta por representantes do governo federal e estaduais, agências reguladoras e outros órgãos relacionados ao tema, decidiu aumentar a frequência das reuniões para acompanhamento da situação do período de cheias do rio Madeira (RO), uma vez que as previsões meteorológicas apontam a possibilidade de "precipitações importantes".

As condições meteorológicas, que foram apresentadas pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemadem) e pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), vão exigir um aumento da frequência dos encontros - atualmente é um por semana.

Se o rio Madeira chegar a um metro de atingir o nível da pista da BR-364 em seu trecho crítico, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) vai monitorar, com boletins diários, a situação dos níveis, vazões e operação dos reservatórios a fim de preparar as medidas necessárias para manter a rodovia em funcionamento.

A Sala de Crise do Madeira monitora e analisa a evolução das chuvas, das vazões e cotas do rio, e dos níveis e da operação das usinas hidrelétricas instaladas no curso do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio). O governador do Acre, Gladson Cameli, participou presencialmente da reunião.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/01/2019****Seção: Internacional****Autor: Steve Holland e Brian Ellsworth | Reuters, de Washington e Caracas****Título: EUA querem cortar receita da Venezuela com petróleo**

Os Estados Unidos estão tentando garantir que a receita do petróleo venezuelano vá para o líder da oposição, Juan Guaidó, que se declarou presidente legítimo do país, cortando assim o dinheiro do presidente cada vez mais isolado Nicolás Maduro, disse ontem uma importante autoridade dos EUA.

Embora com poucos detalhes, o anúncio sinaliza que os EUA estão disposto a ir além das medidas diplomáticas tradicionais e tentarão drenar receita do governo de Maduro, que já enfrenta um colapso econômico sem precedentes.

Isso poderia fortalecer a posição de Guaidó, líder da oposição e presidente da Assembleia Nacional, que na quarta-feira se declarou presidente, com apoio dos EUA, do Brasil e de outros países da região.

"Estamos focando hoje em desconectar o regime ilegítimo de Maduro de suas fontes de receita", disse o assessor de segurança nacional John Bolton a repórteres na Casa Branca. "Achamos que é consistente com o nosso reconhecimento de Juan Guaidó como o presidente interino constitucional da Venezuela que essas receitas devam ir para o governo legítimo."

Bolton acrescentou que o processo é "muito complicado" e que o governo americano ainda estuda como isso funcionaria.

Nem o Ministério da Informação da Venezuela nem Guaidó comentaram a questão.

Guaidó se declarou presidente na quarta-feira e foi logo reconhecido pelo governo Trump e por governos conservadores na América Latina. Isso levou Maduro, líder da Venezuela desde 2013, a romper totalmente as relações com os EUA. Ontem ele ordenou o fechamento da embaixada e dos consulados da Venezuela nos EUA.

O juramento de Guaidó foi o desafio mais ousado da oposição ao longo domínio do chavismo na Venezuela e deu aos adversários de Maduro uma plataforma diplomática sem precedentes para pressionar por mudanças, num país afligido pela hiperinflação, aumento da desnutrição e tensão social.

Mas Guaidó lidera um governo paralelo, que é rejeitado pelas Forças Armadas e não tem influência sobre o dia a dia da administração, como a importação e a distribuição de alimentos e remédios.

Esse engenheiro de 35 anos, que foi alçado quase que da noite para o dia a líder nacional, falou ontem por telefone com vários líderes de outros países, que lhe expressaram apoio.

A sua ascensão foi recebida com entusiasmo por investidores que detêm títulos da Venezuela e da estatal petroleira PDVSA, que atingiram seu maior nível desde 2017, apesar de estarem quase totalmente inadimplentes em meio à atual crise econômica do país. Já as preocupações sobre o potencial de interrupção da oferta de petróleo venezuelano ajudaram a elevar os preços globais do petróleo.

As receitas do petróleo são cruciais para a desestruturada economia venezuelana, e tirar esse dinheiro de Maduro, como querem os EUA, seria um duro golpe.

A Venezuela exportou cerca de 500 mil barris de petróleo por dia para os EUA em 2018, em média, segundo dados do Departamento de Energia americano. Os embarques para os EUA respondem por cerca de 75% da receita da Venezuela com venda de petróleo, segundo dados do banco Barclays.

Aliados da Venezuela, incluindo Rússia e Turquia - ambos importantes parceiros comerciais - criticaram a ascensão de Guaidó como um sinal de interferência dos EUA. "O presidente russo manifestou apoio às autoridades legais da Venezuela em meio a uma crise política interna, provocada de fora", disse o Kremlin em comunicado.

A União Europeia (UE), que impôs sanções ao governo de Maduro, notou que os venezuelanos "exigiram maciçamente a democracia e a possibilidade de determinar livremente seu próprio destino", mas não reconheceu Guaidó, ainda que países europeus o tenham apoiado como presidente.

Maduro, em discurso, rejeitou a posse de Guaidó e disse que continua sendo o líder legítimo do país. Ele repetiu que não renunciará.

Maduro se apoia fortemente nas Forças Armadas para se manter no poder em meio a uma inflação anual de quase 2.000.000% e a um êxodo de refugiados venezuelanos para países vizinhos.

Ontem, o ministro da Defesa da Venezuela, Vladimir Padrino López, fez um pronunciamento de lealdade a Maduro, acompanhando dos principais comandantes militares do país. Os EUA vêm buscando fomentar uma revolta

militar contra Maduro. O ministro disse que as Forças Armadas vão se opor a qualquer tentativa de derrubar Maduro.

Guaidó enfrentará um Estado que não está disposto a reconhecê-lo e forças de segurança que poderão prendê-lo, como fizeram com seu mentor, Leopoldo López, que está em prisão domiciliar por liderar protestos contra Maduro.

"Embora Guaidó tenha sido reconhecido internacionalmente, o verdadeiro poder do Estado ainda está nas mãos de Maduro", disse Ronal Rodriguez, especialista em Venezuela da Universidade do Rosário, em Bogotá.

Manifestantes entraram em confronto com as forças de segurança na noite de quarta-feira em todo o país e em áreas abastadas e mais pobres de Caracas. Houve saques de lojas e restaurantes.

Um total de 21 pessoas foram mortas na violência ligada aos protestos desta semana, segundo os grupos locais de direitos humanos Provea e o Observatório Venezuelano de Conflito Social.

O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, pediu ontem na Organização dos Estados Americanos (OEA) que os governos latino-americanos que reconheçam Guaidó. A maioria dos países da OEA - incluindo Canadá, Brasil, Peru, Chile, Colômbia e Argentina - já reconheceram o opositor como presidente. Outros, incluindo México, Bolívia, El Salvador e Nicarágua, permaneceram neutros ou seguem apoiando Maduro.

Os EUA pediram ainda uma reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre a crise na Venezuela.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Governo e Eletrobras começam a negociar modelo de privatização

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, vai iniciar as discussões com o novo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, sobre o total de participação da União que será diluído dentro do plano de capitalização da empresa. Ainda não está claro se o novo plano resultará na venda do controle da elétrica, mas o executivo, defensor da privatização, pretende mostrar ao governo que a desestatização trará mais valor para as ações da companhia que ficarão nas mãos da União.

"Nunca tratamos da diluição [da participação da União na Eletrobras]. Vamos começar a tratar agora. Que vai haver uma diluição não tem dúvida", afirmou Ferreira ao receber o **Valor** no novo escritório da empresa, no centro do Rio.

Segundo o executivo, a ideia é mostrar ao ministro que o plano que prevê a perda do controle da empresa pela União, a partir da criação de uma corporação, com "golden share" e limitação de concentração por acionistas é o que vai valorizar mais as ações do governo na companhia.

Não há, contudo, decisão sobre a privatização, nem sobre o destino dos recursos que serão obtidos com a capitalização da companhia. "É uma definição que será tomada. Cada uma [definição] tem uma perspectiva de valor. Para quem está valorizando o 'stock' [ação da empresa] e não vai participar do processo de capitalização, vai ser passivo, certamente a operação em que você tem a perda de controle valoriza o seu 'stock'. A outra, não", completou Ferreira.

"Antes de avançar com o processo de capitalização, vamos definir para onde vai o dinheiro, definir qual será a aplicação para informar os investidores", afirmou ele, admitindo que o valor das ações da companhia será maior se a União for diluída para menos de 50% do capital da companhia, configurando a privatização.

Embora uma decisão nesse sentido ainda não tenha sido tomada, o executivo lembrou que Albuquerque declarou que vai priorizar a solução do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês), tanto no mercado livre quanto no regulado. Nesse caso, a saída passa pela revisão do modelo de energia cotizada - elemento que justificou os planos iniciais de privatização da companhia, anunciados em 2017.

Em 2012, a então presidente Dilma Rousseff publicou a medida provisória (MP) 579, com o objetivo de baixar as tarifas, e a Eletrobras teve a energia de suas usinas mais antigas, cujas concessões estavam vencendo, transformadas nas chamadas cotas de garantia física e potência, com uma receita que cobre apenas os custos de operação e manutenção dos ativos. A ideia, em 2017, era usar os recursos da capitalização para pagar uma outorga e "descotizar" essa energia, que passaria a ser descontratada e negociada livremente no mercado livre, ou em contratos de longo prazo com as distribuidoras.

A estratégia seria aproveitar o interesse do ministério de resolver o problema do GSF para destravar também a descotização. Além de melhorar o

faturamento da Eletrobras, a medida seria benéfica aos consumidores, uma vez que o GSF das cotas tem seu custo totalmente repassado por meio da tarifa, e chegou a custar R\$ 20 bilhões no último ano.

"O que é importante colocar é que no tema da cota, além do benefício que se pode verificar para o consumidor, você tem a perspectiva de a Eletrobras melhorar de condição", disse Ferreira.

Segundo o executivo, a expectativa é que o modelo da capitalização seja definido ainda no primeiro semestre. A partir da definição, a companhia levará no máximo nove meses para preparar a operação. Ele contou que tem se reunido semanalmente com o ministro e sua equipe, a fim de afinar esses planos.

O presidente da Eletrobras contou ainda que o processo de escolha do novo diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, que deverá ser anunciado em fevereiro, teve como base a meritocracia. Segundo Ferreira Júnior, o substituto de Armando Casado será um funcionário da companhia.

"Ele [ministro Bento Albuquerque] me pediu que a gente colocasse [as pessoas] de forma meritocrática", disse.

A meritocracia, explicou, também será adotada no caso de eventuais mudanças em presidências das subsidiárias do grupo. "Pretende-se ter uma evolução da governança do país, começando pelos ministros e pela escolha dos dirigentes das empresas."

Ferreira afirmou ainda que foi realizada uma avaliação dos integrantes do conselho de administração e das diretorias das empresas da Eletrobras por uma entidade independente. "[A avaliação] foi uma demanda do próprio conselho e da própria lei [das estatais] para que pudéssemos fazer um debate sobre governança e, obviamente, as mudanças que vamos fazer vão refletir esse tipo de objetivo, que é o de melhorar ainda mais a governança da companhia."

Com relação ao conselho de administração, o executivo contou que podem haver mudanças pontuais. Ele, porém, afirmou que o presidente do conselho, José Monforte, deve permanecer no cargo.

No fim de 2018, a Eletrobras deixou o tradicional endereço na avenida Presidente Vargas e passou a funcionar no novo escritório central, no edifício Mario Bhering - em homenagem ao engenheiro considerado um dos principais

nomes da história do setor elétrico brasileiro, fundador da Cemig e que presidiu a Eletrobras por duas vezes.

Antiga sede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), situado na rua da Quitanda, o edifício pertence à Fundação Eletros. A Eletrobras prevê uma economia de R\$ 2,2 milhões mensais com custos de aluguel, com a mudança.

Segundo Ferreira, a alteração do endereço também marca o novo momento da Eletrobras. Saneada, em pouco mais de dois anos a companhia reduziu seu nível de endividamento medido pela relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de cerca de 9 vezes para 3,3 vezes, segundo dados do fim de setembro. Os resultados de 2018 ainda não foram divulgados, mas a tendência é que chegassem à meta de alavancagem de 3 vezes.

Outro destaque da gestão foi venda das seis distribuidoras de energia que causavam perdas bilionárias à companhia. No mesmo período, o total de funcionários do grupo foi reduzido de 26 mil para cerca de 14 mil, com uma economia de R\$ 2,8 bilhões

"A empresa, pouco a pouco, em dois anos, teve uma mudança expressiva. A nova casa simboliza isso", disse Ferreira, lembrando que nos últimos dois anos, o valor de mercado da Eletrobras cresceu em cinco vezes, totalizando R\$ 46,751 bilhões (com base no fechamento de ontem).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Modelo de Angra 3 ainda deve ser definido

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, espera retomar com o novo governo a discussão em torno do modelo que permitirá a conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3.

Segundo ele, dentro do processo iniciado no ano passado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que aprovou o novo prazo de início de operação da usina (janeiro de 2026) e o novo preço de referência (R\$ 480 o MWh), restam agora a definição do novo modelo de negócio e a concorrência internacional para a escolha do sócio que concluirá o empreendimento, que ainda demanda aproximadamente R\$ 15 bilhões em novos investimentos.

"O trabalho que fizemos lá no CNPE acabou determinando um conjunto de coisas para serem feitas. Estamos trabalhando aqui para que venhamos a fornecer uma conclusão para aquele trabalho", afirmou Ferreira ao **Valor**. "Estamos colocando para ele [ministro] que tem que ter uma resposta para esse tema", completou.

Com relação à modelagem, há três alternativas. A primeira é que o sócio estrangeiro tenha uma fatia minoritária na Eletronuclear, na proporção do aporte necessário para concluir Angra 3. Na segunda, seria criada uma sociedade de propósito específico (SPE) responsável pela usina, na qual o sócio teria participação. E a última prevê um contrato de "turn-key", tendo como garantia o contrato de fornecimento de energia da usina.

Nesta semana, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou que o governo buscará viabilizar o projeto economicamente para que inicie operação em 2026. "Esse tema deve ser discutido sem preconceitos", disse ele a jornalistas, em Brasília, repetindo o que já tinha declarado em seu discurso de posse do comando da pasta. O ministro disse que não enxerga a necessidade de impor qualquer restrição aos investidores estrangeiros que tenham interesse em aplicar recursos no projeto, se tornando sócios de Angra 3. **(Com colaboração de Rafael Bitencourt, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Venezuela puxa petróleo

Os preços do petróleo WTI fecharam ontem em alta de 1%, com a crise política na Venezuela elevando a possibilidade de mais sanções econômicas pelos EUA, o que traça um cenário de queda de exportações da commodity pelo país latino-americano e consequente redução de oferta global. O petróleo exportado pela Venezuela aos EUA é amplamente utilizado nas refinarias americanas. Isso ajuda a explicar a performance superior do WTI em relação ao Brent. Em Nova York, o petróleo WTI para março fechou em alta de 0,97%, a US\$ 53,13 o barril. Em Londres, o Brent, também para março, caiu 0,08%, a US\$ 61,09 o barril. "Achamos que a força em WTI hoje [ontem] pode ser devido ao impacto potencial de uma troca de comando na Venezuela", diz Stewart Glickman, analista de ações para o setor de energia na CFRA Research.

Energia da Total

A francesa Total quer se firmar no mercado de energia e, para isso, pretende buscar investimentos em energias renováveis e em gás natural, disse o diretor-presidente da companhia, Patrick Pouyanne, em uma entrevista à rede de televisão americana "CNBC" em Davos, na Suíça. "Nós não olhamos para as renováveis para sermos verdes. Buscamos porque esse é o melhor caminho no mercado de eletricidade (...) Essa é a receita para o futuro crescimento da minha companhia", disse Pouyanne, acrescentando o desejo de que a Total continue sendo líder entre empresas de energia em 2040.

Minério sobe

O minério de ferro negociado no mercado à vista do porto chinês de Qingdao subiu 0,3% ontem, para US\$ 74,71 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. No ano, a commodity acumula valorização de 2,72%. No mercado futuro, os contratos do minério para maio subiram 1,61% em Dalian, para 535,5 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina a quente avançaram 0,95% em Xangai, para 3.590 yuans a tonelada. O vergalhão avançou 1,02%, para 3.680 yuans a tonelada.

Siemens Gamesa

A Siemens Gamesa fechou contrato com a francesa Voltalia para o fornecimento de 36 aerogeradores, totalizando 128 megawatts (MW), para o projeto eólico Serra do Mel 2, no Rio Grande do Norte, informou ontem a companhia. O valor do contrato não foi revelado. Segundo a Siemens Gamesa, o comissionamento do parque eólico está previsto para 2020. Desde 2012, a companhia já forneceu mais de 1.500 turbinas eólicas, para cerca de 60 projetos no Brasil, somando uma capacidade instalada superior a 3,1 gigawatts (GW).

MME / ASCOM .